

Edital de **1º e 2º LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO** e de intimação de **TRANS-OLX TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.725.355/0001-50, dos proprietários **RUBENS LIMA OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 289.802.188-18 e **MARIAMELIA BRASILINO CAVALCANTI OLIVEIRA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 036.088.864-00, da credora hipotecária **MARIA ELITA AZEVEDO BRASILINO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 467.057.244-04, e a quem mais possam interessar, extraídas dos autos da **Execução de Título Extrajudicial – Obrigações**, autos nº **1037102-80.2022.8.26.0224**, movida por **CHINA HAI SOH ADMINISTRADORA DE BENS S/S LTDA.**, atual denominação de **GML ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.886.458/0001-40.

O **Dr. LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA MARTINS PEREIRA**, MM. Juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, com fundamento no artigo 879 e seguintes do CPC, e Provimento CSM nº 1625/09 do TJ/SP, através da leiloeira pública oficial **THAIS SPAGOLLA FERNANDES**, JUCESP nº 926, levará a público leilão de venda e arrematação, por meio da plataforma eletrônica da **1,2,3 LEILÕES** (www.123leiloes.com.br), o imóvel abaixo descrito nas seguintes datas:

1ª PRAÇA com início em 01/09/2026 às 15h e término no dia 04/09/2026 às 15h, não havendo lances superiores à avaliação, terá início imediatamente a **2ª PRAÇA com término no dia 24/09/2026 às 15h**, ocasião em que o bem será arrematado pelo maior lance, **não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizado, observando-se o previsto no artigo 843, § 2º do CPC.**

IMÓVEL: UNIDADE AUTÔNOMA SOB Nº 303 (leste/sul), do EDIFÍCIO RESIDENCIAL ÁCRUX, situado a Rua José Patrício de Almeida, sob nº 57, no bairro Jardim Oceania, nesta cidade, Composta de: varanda, sala de estar/jantar, 02 (dois) quartos, sendo um suíte, wcb social, cozinha/área de serviço e no pavimento térreo 02 (duas) vagas, sendo uma coberta e uma semicoberta confinada, com área real privativa (principal) de 62,42m², área real privativa acessória (vaga de garagem) de 20,70m², área real privativa total de 83,12m², área real de uso comum de 64,61m², área real total de 147,73m², coeficiente de proporcionalidade de 0,0344.

Endereço onde está situado o imóvel: Rua José Patrício de Almeida, nº 57, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, CEP: 58037-608.



Imóvel matriculado sob nº 128.962 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de João Pessoa – PB.

Número de Inscrição Cadastral (IPTU): 421106.

ÔNUS: Consta no R. 04 da matrícula, primeira, especial e única hipoteca em favor de MARIA ELITA AZEVEDO BRASILINO, inscrita no CPF/MF sob o nº 467.057.244-04; Consta no R. 05 da matrícula, a penhora exequenda; Consta na Av. 06 da matrícula, a indisponibilidade do imóvel nos autos nº 0000857-77.2021.5.06.0144 em trâmite perante a 2ª do Trabalho de Jaboatão/PE.

Apesar de constar no R. 04 da matrícula a hipoteca em favor de Maria Elita Azevedo Brasilino, foi declarada a ineficácia do negócio jurídico por fraude à execução, através de decisão proferida às fls. 492/493 dos autos.

Dos autos consta agravo de instrumento nº 2165537-43.2025.8.26.0000, negado provimento, por v.u., pendente de admissibilidade de recurso especial pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo; consta agravo de instrumento nº 2296483-06.2025.8.26.0000, negado provimento, por v.u., pendente de julgamento de embargos de declaração pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo; consta agravo de instrumento nº 2162407-11.2026.8.26.0000, pendente de julgamento pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo.

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS: A hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (artigo 1.499, inciso VI, do Código Civil).

QUOTA-PARTE DO(S) COPROPRIETÁRIO(S) E/OU CÔNJUGE: Conforme disposto no artigo 843 do CPC, tratando-se de penhora em bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação, é reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições e não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação.



VALOR do bem atualizado para **junho/2026: R\$ 500.231,99 (quinhentos mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos).**

DÉBITOS DO IMÓVEL: Referido imóvel **possui débitos** de IPTU e débitos inscritos em Dívida Ativa no valor de **R\$ 5.576,74** (cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos) junto a Municipalidade de João Pessoa, conforme extrato de débitos emitido em 26/06/2026.

Referido imóvel **não possui débitos condominiais** junto ao CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ÁCRUX, conforme informado pela administradora do condomínio por meio de mensagem eletrônica datada de 01/07/2026.

Os débitos mencionados são meramente informativos, nos termos dos artigos 886, inciso VI e 903, § 5º, inciso I, ambos do CPC, cabendo ao interessado a sua conferência, de forma que o leiloeiro e o R. Juízo são isentos de qualquer responsabilidade em caso de eventual divergência encontrada e/ou apurada.

Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto débitos de IPTU, taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do artigo 130, “caput” e parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar o pagamento integral do lance, bem como a comissão do Gestor de 5% sobre o valor da arrematação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial do Banco Brasil em favor do juízo, ou conforme orientações enviadas pelo gestor por e-mail logo após a arrematação. Decorridos o prazo sem que arrematante tenha realizado o depósito, o gestor declarará o segundo lançador como vencedor do certame, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no artigo 897 do NCPC, e penalidade prevista no artigo 358 do Código Penal, tal informação será encaminhada ao R. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. A comissão do gestor não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo em caso de decisão judicial.



PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizado, observando-se o previsto no artigo 843, § 2º do CPC. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (artigo 895 e seguintes, do Novo CPC). No caso de parcelamento a comissão do gestor deverá ser paga à vista, aplicam-se as demais regras do NCPG.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO e ACORDO: Em caso de remição ou acordo, a comissão de 2,5% sobre o valor da avaliação corrigida do imóvel será devida ao gestor.

DAS CONDIÇÕES: O imóvel será vendido em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra e declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel, efetiva imissão na posse, atos atinentes à transferência de propriedade, baixa de gravames, regularização de áreas entre outras, correrão por conta do arrematante.



DO LEILÃO: O leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, através do portal www.123leiloes.com.br.

COMO PARTICIPAR: O interessado em participar da alienação judicial eletrônica deverá se cadastrar previamente no site www.123leiloes.com.br. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor. Sobrevindo novo lance nos três minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário (cronômetro) de fechamento do pregão será prorrogado por mais três minutos e sinalizado para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio da leiloeira www.123leiloes.com.br, em conformidade com o disposto no artigo 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do bem a ser apregoado, sendo as fotos meramente ilustrativas.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante a Vara onde estiver ocorrendo à ação, ou no escritório do leiloeiro oficial, localizado na Rua Cardoso de Almeida, nº 1.506, Sala 1, Perdizes, Capital – SP, ou ainda, pelos telefones (11) 2131-0330 / 98383-7272 e e-mail: contato@123leiloes.com.br.

Ficam todos aqueles qualificados no preâmbulo do presente Edital, demais interessados, e respectivos patronos, **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal. E para que produza seus fins, efeitos e direitos, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Guarulhos, ___/___/2026. Eu, _____, Escrivã (o) Diretor(a), subscrevi.

Dr. LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA MARTINS PEREIRA

